

# Projeto de metrópole da cidade de Adamantina

## *Metropolis project's of Adamantina city*

Marcos Martinelli  
Doutor em História – UNESP - Assis  
Professor - FAI

### **Resumo**

Este trabalho analisa as imagens celebrativas do progresso do município de Adamantina produzidas durante os anos de 1950 e 1960.

**Palavras-chave:** Adamantina. Modernização. Memória.

### **Abstract**

This work analyzes the commemoration images about Adamantina city progress, since 1950 at 1960.

**Keywords:** Adamantina. Modernization. Memory.

### **Introdução**

Colonizados em meados do século passado, os patrimônios da Nova Alta Paulista experimentaram um breve surto de desenvolvimento entre os anos de 1940 e 1960. Neste período, a grande maioria desses patrimônios viera a se tornar sede dos municípios recém criados. E, embora fossem cidades modestas, dependentes quase que exclusivamente da cultura do café, o desejo de progresso de seus colonizadores, especialmente dos grupos dominantes de cada localidade, levaram-nas a serem pensadas e retratadas como futuras metrópoles.

Ítalo Calvino diz que “de uma cidade, não aproveitamos as suas sete ou setenta e sete maravilhas, mas as respostas que dá as nossas perguntas” (CALVINO, 1990). Este artigo pretende estudar a modernização da cidade de Adamantina, ocorrido em meados do século passado, especialmente de seu novo centro urbano.

Adamantina surgiu em 1937, fruto de um empreendimento imobiliário realizado pela Companhia Agrícola de Imigração e Colonização (CAIC). Em menos de dez anos, em 1948, este patrimônio se tornaria sede do município de Adamantina. A documentação analisada, especialmente a da imprensa local, dá a aparente certeza de que o patrimônio estaria, em pouco tempo, transformando-se numa grande cidade. Celebrando o progresso do município de Adamantina, os jornais e as revistas locais, expressando os interesses dos grupos dominantes, exaltaram a colonização realizada pela CAIC, homenagearam os seus heróis, comemoraram as conquistas regionais do município, retratando Adamantina como se ela estivesse em vias de se tornar uma metrópole regional.

### **Centro da cidade: vitrine do progresso**

Nos anos de 1950 e 1960, Adamantina foi fartamente retratada, especialmente por revistas ilustradas, criadas especificamente com a finalidade de fazer o *marketing* da cidade. Uma das principais cenas fotografadas da cidade de Adamantina, tanto em cenas diurnas como noturnas, foi a da sua área central, notadamente, o cruzamento da avenida Rio Branco com a rua Deputado Salles Filho. Invariavelmente, as

cenar procuram passar a idéia de que Adamantina possuía um grande centro comercial e financeiro. Elas sempre tentam expressar uma cidade movimentada, retratam, via de regra, em primeiro plano automóveis, caminhões e pessoas circulando por ruas largas e calçadas, ao fundo, aparecem diversas casas comerciais - hotel, casas bancárias, farmácias, casas de ferragens, lojas de tecidos, entre outras. Uma fotografia em especial retratava a noite do centro da cidade, com uma profusão de luzes de automóveis, de luminosos das casas comerciais e das iluminárias da cidade. A foto foi tirada com efeito especial em que os faróis dos automóveis apresentavam rastros de luminosidade. Esta fotografia se tornou o cartão postal da cidade, o qual vinha com a seguinte legenda: “sinfonia de luzes em Adamantina. Nota-se, ainda, que na produção dessas fotografias, foi dado um destaque especial para algumas edificações. Fotografados isolados, ou em cenas panorâmicas, sempre destacando-se da cena, aparecem o Grande Hotel Adamantina (atual Hotel Vila Verde) e a Igreja Matriz de Santo Antonio.

O centro de uma cidade pequena e agrícola como o de Adamantina, era (e ainda é) o espaço de trânsito por excelência, para onde convergiam a população da zona rural, dos bairros urbanos e dos municípios vizinhos; funcionava como local de troca de bens e serviços, de gestão administrativa, financeira, política, de lazer noturno, de festas cívicas e religiosas. No início da colonização de Adamantina, o centro do patrimônio se localizava na parte baixa do espigão da Avenida Paulista, na antiga “rodoviária”. Com a chegada da ferrovia, em 1950, o centro se deslocaria para as proximidades da gare. Três edificações marcaram a constituição deste novo centro: a construção do “Grande Hotel Adamantina”, da Igreja Matriz, da praça pública, inaugurados respectivamente em 1953, 1954 e 1956. Foi neste novo centro que os fazendeiros, profissionais liberais, gerentes de bancos, comerciantes, funcionários de alto grau, sitiantes, ou mesmo colonos, que enriqueceram, foram habitar, notadamente nas proximidades do largo da Igreja Matriz. Seguindo a tradição dos coronéis paulistas (MATOS, 1974, p. 120), os principais chefes políticos do município de Adamantina, na década de 50 e 60, residiam em casas - os mais abastados casas assobradadas - de arquitetura moderna, sempre localizadas na área central da cidade, tida então por área nobre.

Raquel Rolnik salienta que:

A configuração do centro funciona como uma espécie de sinal do ‘caráter’ da cidade, cartão de visitas, imagem que ela exhibe para fora, mas sobretudo que o poder urbano exhibe para a totalidade da cidade e de seus habitantes. Os empreendedores de reurbanização, se referem à ‘cidade’ como se esta fosse uma unidade: em seu nome e benefício o centro deveria ser transformado, para ser síntese das normas que ali imperam. (ROLNICK, 1988).

É inegável que a organização do espaço central de Adamantina foi idealizado para marcar e impressionar os usuários e visitantes da cidade. Os olhares sobre ela deveriam ser dirigidos para ver o progresso do município, através de seu novo centro urbano. **A Comarca de Adamantina**, em sua edição de setembro de 1957, comentava:

Logo que termine os serviços da avenida Rio Branco, o Sr. Prefeito dará início a nova entrada que terá a cidade; que melhor nos apresentara aos olhos dos que chegam, e transitarão pelo centro principal de nossa metrópole, obtendo assim outra impressão do nosso aspecto; obrigando-os a circular em parte pelo nosso centro comercial... (A Comarca de Adamantina, 1 de setembro de 1957)

Entre o final dos anos 50 e o início dos anos 60, várias ornamentações urbanas, consideradas modernas, seriam implementadas nessa área, em sua maior parte realizadas com recursos públicos. A introdução da luz fluorescente foi uma delas. Havia uma preocupação nos setores dominantes da cidade, de dotar-se o centro da cidade com uma luminosidade moderna que destacasse o seu progresso. Como informava entusiasmada **A Comarca de Adamantina**, em setembro de 1957:

Dentro em breve, será lançada a campanha de iluminação da cidade com luz fluorescente. Está em cogitação a iluminação completa da Avenida Rio Branco, Rua Salles Filho, Avenida Cunha Bueno e Avenida Adhemar de Barros [ruas centrais da cidade]. A ser vitoriosa essa campanha, poderemos, então, nos vangloriar e mostrar aos visitantes o que pode um povo unido e com vontade de progredir... (A Comarca de Adamantina, 15 de setembro de 1957).

Para a ornamentação do centro da cidade, como forma de solução de desenvolvimento econômico, algumas promoções de embelezamento do centro comercial, foram realizadas pelas associações empresariais. Em finais dos anos 50, a “Sociedade dos Amigos de Adamantina”, uma associação formada principalmente por comerciantes do município, tentava superar a decadência comercial, pela qual a cidade passava, realizando uma campanha denominada “Cidade Jóia”, conforme A Tribuna do Povo, em julho de 1960, noticiava:

Vai pela cidade um movimento desumano de pintura de placas e fachadas, iniciada no cine Santo Antonio e seguido pelas grandes lojas de tecidos da praça (Triunfal, Pernambucanas e Buri); produto da campanha “Cidade Jóia”, espera-se que o movimento tenda a aumentar, pois, o belo aspecto da cidade, principalmente do nosso centro comercial, servira em muito de propaganda e desenvolvimento... (Tribuna do Povo, 4 de julho de 1960).

Após essa campanha, os meios de comunicação adotaram o codinome “Cidade Jóia” para referir-se à cidade de Adamantina. Convém lembrar que o nome Adamantina havia sido imposto aos moradores da cidade pela empresa colonizadora. O nome de Adamantina proveio de “Ada”, nome de uma mulher ligada afetivamente a um dos diretores da CICMA. Objetivando promover o nome da cidade, tentou-se associar o nome “adamantina” a “adamantino”, querendo identificar nome adamantina ao da pedra preciosa diamante, cujas qualidade, como se sabe é de fornecer uma jóia de alto valor, resistente e reluzente. Como se dizia em um dos jornais locais:

Sim, o significado histórico [do nome Adamantina] é outro, o motivo que deu origem ao nome deste município, mas isso não vem perturbar o justo significado do vocábulo que dá o nome à nossa terra (...) Adamantino (...) semelhante ao diamante, diamantino, Figurado - inquebrantável; caráter adamantino, como o diamante... (A Comarca de Adamantina, 05 de maio de 1957).

E a partir daí, procuraram identificar o nome da cidade de Adamantina” ao de “Cidade Jóia”, cidade que brilhava pelo seu progresso:

Adamantina prima por apresentar-se como uma das mais pujantes e belas da Alta Paulista, sobressaindo-se como a “Cidade Prodígio” como a chamavam antes, ou ainda como “Cidade Jóia” como a querem agora (...) cidade possuidora, de um aspecto urbanístico que sem duvidar, agrada os olhos do adamantinense e daqueles que nos visitam, levando daqui a impressão de que somos um grande centro urbano onde a arte, a cultura e a beleza são providas de mananciais inesgotáveis... (Voz da Juventude, 29/07/1962).

Criou-se, mesmo, uma campanha de embelezamento do centro da cidade com o nome de “Cidade Jóia”. Essa campanha que durou de 1959 a 1960, visou modernizar ruas e lojas do centro da cidade. A prefeitura proibiu placas transversais na rua do comércio, iluminou o centro comercial com luzes fluorescentes, pintou, com recursos públicos, casas comerciais e residenciais, murou terrenos baldios. Aderindo à campanha, muitos comerciantes instalaram luminosos de neon (moda na época) nas fachadas de suas lojas. Segundo um jornal da época, essas medidas dariam a Adamantina um aspecto de metrópole:

Não tenham dúvidas, provocarão a curto tempo, uma metamorfose extraordinária em Adamantina, dando-lhe uma estética bela, dando-lhe um fervilhar de luminosos, e um sistema moderno de indicação e publicidade comercial (...) assumindo um aspecto de metrópole. (Voz da Juventude, 18/12/1960).

Foi neste período que também se trocou o calçamento do centro da cidade e o asfalto veio a substituir o paralelepípedo. Na visão dos progressistas locais, seria inconcebível que os bairros da cidade fossem asfaltados antes que o centro da cidade, mesmo que este já fosse calçado. O progresso da cidade, na visão dos grupos dominantes pertence a todos, no entanto, não é para todos. Como comenta Leonardo Benevolo (1984, p. 24), no capitalismo a moradia dos trabalhadores na cidade é uma exigência do modo de produção capitalista, no entanto, isto não significa que os trabalhadores sejam reconhecidos como usuários da cidade, que é feita em função do assentamento burguês. Deste modo, defendia-se despidoradamente na imprensa local, que os bairros da cidade por enquanto permanecessem com as suas ruas de terra batida, pois o asfalto, esta solução nova e moderna para o calçamento das cidades,

deveria começar pela área central de Adamantina, como se afirmava no jornal... **Tribuna do Povo**:

Hoje o asfalto é o calçamento da época, os seus serviços acompanham o desenvolvimento das aberturas das grandes rodovias, em pouco tempo, o que dantes andava a passes de tartaruga (...) Por que fazendo nas outras ruas onde não há calçamento, ficarão estas com um serviço muito melhor e mais bonito, do que aquelas, que formam o centro comercial e importante da cidade. O próprio cidadão que for morar no asfalto, quando vier ao centro fazer compras, ou em dias de festas, acompanhando uma procissão, estranhará o calçamento da parte mais importante da cidade, a central, cheio de buracos, etc. Não se falando nos visitantes e viajantes, estes então não compreenderão essa diferença, essa desigualdade de tratamento para o centro de nossa urbe. (...) Não se compreende que outras ruas, com moradores mais modestos, irão pagar um calçamento muito mais caro (Tribuna do Povo, 24/11/1960).

Embora a cidade fosse pequena, notava-se que as áreas urbanas onde morava a população pobre, sempre ficou relegada a segundo plano pelo poder público local. Mesmo porque se o centro da cidade foi localizado no alto de um espigão, as vilas mais miseráveis - vila em Adamantina significava local de pobreza sempre associada preconceituosamente a marginalidade - como a Vila Brasil e Nhuporã foram sendo construídas, sem nenhuma infra-estrutura urbana, em terrenos acidentados das áreas mais baixas dos espigões, bem afastadas do centro comercial. Localizadas atrás de um espigão, escondidas da vitrine do progresso, tornaram-se assim quase invisíveis para as elites locais.

### Grande Hotel

Construído por especuladores imobiliários do município, o Grande Hotel Adamantina foi uma obra de estratégia comercial, que segundo um dos seus idealizadores, mais do que visar o lucro imediato proveniente da hospedagem, a sua construção objetivava tornar a cidade um centro regional, ao capacitá-la para sediar órgãos administrativos estatais. Como relatou um de seus proprietários:

Fundei a CIA. Melhoramentos de Adamantina e construímos o Grande Hotel -Eu [Antonio Goulart Marmo], Vitório Romanini, Jamil de Uma, Dr. José Antonio de Oliveira e Ihity Endo. Foi um empreendimento que comercialmente não era considerado um bom negócio, porém, como não existia outro desde Marília fixaria como de fato aconteceu, Adamantina como centro da região. Com acomodações de 75 quartos e 5 suítes, único que oferecia relativo conforto, contribuiu para a instalação da Delegacia Regional do Ensino e depois de outras regionais hoje existentes. (MARMO, In SILVA, 1989, Anexo 4).

A imagem de um bom hotel, naquele momento e naquela região, significava uma obra de civilização em terras inóspitas, propiciando aos grupos dominantes da cidade, pelo efeito do conforto, do estético e sobretudo pela *doxa*, induzir futuros investidores a acreditarem no futuro progressista de Adamantina. Ainda, de acordo com o mesmo depoente:

Todos aqueles que como uma bola de cristal, enxergavam o futuro de Adamantina e pretendiam aqui a tentativa de um empreendimento, desistiam definitivamente depois das informações colhidas em Lucélia, onde tinham forçosamente que parar, pois Adamantina, nesse tempo, não dispunha ainda de meios adequados para receber seus hóspedes. (MARMO, In SILVA, 1989, Anexo 4).

O mais importante, porém, para os grupos dominantes locais era que, com um hotel “de classe” a cidade propiciaria a atração de viajantes para se hospedar na cidade, especialmente os caixeiros viajantes que percorriam a região da Nova Alta Paulista. Conforme a mesma reportagem:

Prédio de belas linhas arquitetônicas, construído com todos os requisitos exigidos para o fim a que se destina, o ‘Grande Hotel Adamantina’ é o maior e o mais bem montado da Alta Paulista. (...) esta atraindo para esta cidade, ponto natural de convergência da região, grande numero de viajantes que ressentiam-se de um hotel a altura da Nova Paulista (Álbum de Adamantina, abril de 1953).

Tinha-se um cuidado especial com o tratamento dado aos caixeiros viajantes, pois eram eles que faziam os perfis, tanto positivo quanto negativo, das cidades e regiões. Encontra-se na imprensa local um grande número de referências sobre os comentários – obviamente sempre de elogios que os viajantes faziam da cidade. A revista o Álbum de Adamantina de 1959, por exemplo, dizia “Adamantina cujo progresso é um dos mais decantados do Estado, segundo comentam os viajantes...” \*.

A importância da construção do “Grande Hotel Adamantina” fica bem nítida, pois se tornou um marco na

memória da cidade. Em 1953, quando foi criada a comarca de Adamantina, a prefeitura organizou a comemoração na avenida Rio Branco, postando o palanque das autoridades em frente ao seu principal monumento: o “Grande Hotel Adamantina”. Como noticiou um dos jornais local:

A notícia da criação da comarca de Adamantina transmitida pelo “Grande Jornal Falado Tupi”, e recebida pela cidade (...) explodiu como uma verdadeira ‘bomba atômica’. Os foguetes espoucaram no ar e a população da cidade irradiando alegria saiu à rua, para festejar tão auspicioso acontecimento que vinha sendo esperado desde há muito. (...) Desfilaram os alunos do Ginásio do Estado e Ginásio e Escola Normal Livre de Adamantina se postando em frente ao palanque armado para prestar homenagens às autoridades, (...) Sob o espoucar de foguetes, vivas e aclamardes da multidão iniciou-se o desfile que terminou no palanque oficial armado em frente ao Grande Hotel (O Jornal, 25/12/1953).

O início de sua obra, em 1952, como o momento de sua inauguração em 1953 - que, aliás, contou com a presença do bispo da diocese de Lins, D. Henrique Gelain (Álbum de Adamantina, 1953) - foram registrados no calendário retrospectivo dos fatos que marcaram a vida do município. Por muito tempo, foi um dos cartões de visita da cidade. Localizado na esquina do principal cruzamento do centro, percebe-se nitidamente que foi construído para preencher o vazio das construções do espaço urbano, na época, tentando oferecer aos espectadores um aspecto de grandiosidade pela fachada que ocupa metade de dois quarteirões, com dois pavimentos que se desdobram em três na parte central do edifício, e sua construção numa esquina em forma de “L” tenta iludir sua reduzida largura. A partir de 1955, quando Adamantina recebeu o título de uma das cinco cidades mais progressistas do Brasil, o Grande Hotel aparece como destaque arquitetônico. Imperava soberano como fotografia do centro comercial, confundindo-se com a do próprio centro da cidade. Seu anúncio era: “Conheça Adamantina! uma das 5 cidades de maior progresso do Brasil e hospede-se no GRANDE HOTEL ADAMANTINA”(Álbum de Adamantina, novembro de 1955).

### **Igreja Matriz**

No caso da construção da Igreja Matriz e do jardim público da cidade, pode-se considerar que foi uma negociação e até mesmo uma imposição dos moradores à companhia colonizadora. Embora na colonização de Adamantina, tenha predominado um projeto de colonização tipicamente capitalista, com fins eminentemente de exploração agrícola, comercial e de especulação imobiliária, é preciso considerar com Bosi (1992) que, neste processo de colonização, seus agentes sociais não foram, simples marionetes de operações econômicas; foram pessoas com lembranças e projetos próprios.

Pelos depoimentos, percebe-se que esses imigrantes e seus descendentes - constituídos eminentemente de católicos-romanos (cerca de 87,5% da população do município eram de formação católica-romana, segundo o recenseamento do IBGE de 1950) - tinham a necessidade espiritual de dedicarem-se às ações beneméritas para o município - o que para alguns, obviamente, não se desvinculava de seus interesses políticos e de prestígio social. Mas, de qualquer forma, desde sempre a população colaborou com doações ou mesmo com seu trabalho, para edificações de obras de caráter religioso e social. Foi com a colaboração da população local, que se construiu a Santa Casa de Misericórdia de Adamantina, o asilo de São Vicente de Paula, os internatos para menores abandonados: Lar dos Meninos e Lar das Meninas.

Na verdade, desde o início do patrimônio, houve uma preocupação dos pioneiros com, a construção de uma Igreja católica. Com a colaboração de pessoas humildes e abastadas, foi construída uma capela, em terreno afastado do centro do patrimônio, portanto, em um terreno sem muito valor comercial, localizado no Alto da Avenida Paulista (atual Capitão José Antonio de Oliveira). A esse respeito, um antigo morador registrou:

Planejamos, eu, meu mano Léo o nosso tio Elísio a construção da primeira capela. Nenhum patrimônio, creio eu, teve uma pequena Igreja do seu tamanho e área, com janelas e portas de luxo e até vidros estrangeiros, toda revestida e construída com madeiras de primeira qualidade. E o altar foi um dos mais lindos, com as seguintes imagens: São José oferta minha e de meu tio Elísio; de São Jorge ofertada por Liberato Furlan e Santa Luzia, que nos foi entregue por João Jorge de Oliveira. A imagem de Santo Antonio foi doada pelo povo. E Nossa Senhora de Aparecida doada pela família Romanini. Os andores eu os fiz e doei a Igreja, o mesmo se deu com a compra dos castiçais, uma pedra de mármore para o Altar,

cálice, jarra, galheta etc. Nos festejos religiosos, eu mandava cortar em plena selva, coqueiros para enfeites do largo da Capela, seus arredores e Avenida Paulista, sem me preocupar com possíveis benefícios meus, mas da Paróquia. Quantas vezes fui a São Paulo e adquiri caixas para serem leiloadas os artigos nelas contidas. Meu único objetivo era dar impulso e progresso, e difundir cada vez mais a religião por estas plagas ainda inóspitas (GARBINI, 1982).

Esses moradores, vislumbravam, um dia poder, naquele terreno, construir uma Igreja de grandes proporções juntamente com uma praça, como era a tradição. Para tanto, contavam com a promessa da CAIC que, ao fundar o patrimônio numa estratégia de marketing, prometera doar áreas destinadas a construção de igrejas e de logradouros públicos. Entretanto, isso não chegou a acontecer. A CAIC, frustrando a comunidade católica do patrimônio, vendeu o terreno em que se encontrava a pequena capela e não doou em troca nenhum outro. Sobre esse fato, um antigo morador do município relatou:

Tendo a CICMA procedido a venda de todos os lotes (datas) integrantes do quarteirão onde se encontrava a primeira capela; os fundadores pensavam que a futura Igreja Matriz seria edificada nesse local. A atitude da companhia deixou os primeiros moradores a esmo. No patrimônio não havia outro local demarcado para tão importante finalidade. (TOFFOLI, 1978).

Evidentemente, muitos moradores do município resistiram ao desmanche da Igreja, atrapalhando os negócios da companhia e pelos compradores do terreno, que se consideravam prejudicados com aquela capela naquele terreno. Criou-se, então, um impasse entre as partes, que foi resolvido arbitrariamente, ao atear-se fogo na igreja. Como comentou Sr. Silva, na época sitiante e corretor da CAIC: “A igreja, não me lembro quando fizeram uma igreja ali perto do posto [de gasolina] do Murilo, igreja de tábua, ficou ali algum tempo depois o padre quis queimá-la, aí começou então essa matriz, (...) Muita gente sabe disso. Não sei porque puseram fogo”. (depoimento, 25/08/1991).

Entretanto, para manter uma boa imagem perante a população e contando em valorizar outros terrenos, a CAIC doou para a construção de uma nova Igreja, um pequeno terreno, fora do loteamento. Como Toffoli registrou:

O cidadão Francisco Dario Tóffoli, que já vinha a tempo confabulando sobre a criação da paróquia de Santo Antonio, certo dia recebeu da companhia autorização para proceder a escolha de um local adequado, no qual a Igreja Matriz seria edificada. (...) Na autorização, solicitava que a escolha do local não fosse feita no patrimônio com o loteamento já feito, mas sim, entre o patrimônio e o espigão divisor. Essa área ainda não estava loteada e estava coberta pelas matas virgens aí existentes. (TOFFOLI, 1978).

Esse fato, de certo modo, explicara porque, em Adamantina, há uma separação entre a praça e a Igreja Matriz - disposição espacial rara nas cidades do interior. Os moradores, ao lutarem por um terreno para a edificação da igreja, com seu tradicional jardim, conseguiram apenas um pequeno lote para a construção da Igreja. Assim, a praça teve de ser construída em outro local, como mais adiante falaremos.

A construção da Igreja Matriz só foi iniciada em 1953. E, como todas as outras construções no centro da cidade, esta também foi vista como um empreendimento necessário para a glória da cidade. Sendo assim, o tamanho da Igreja Matriz de Adamantina deveria ser arrojado, ou seja, a Igreja deveria ser construída prevendo o enorme crescimento que a cidade certamente teria no futuro. O periódico **O Jornal**, em 1952, comentava sobre a construção da Igreja:

A Igreja Matriz construída de acordo com o projeto será, não diremos eterna, mas comportará perfeitamente um desenvolvimento de dezenas e quiçá de centenas de anos, aliás de acordo com o próprio desenvolvimento da cidade que tende a se triplicar ou mais pelos anos afora. Deverão se lembrar os legionários [a comissão de moradores que organizavam a construção] que a Igreja que se pretende construir não é somente para os nossos dias, mas principalmente para o futuro (O Jornal, 03/08/1952)

Assim, o próprio local de sua construção deveria prever o impacto visual que causaria aos visitantes da urbe. Ainda, segundo aquela reportagem:

A vista [da Igreja], também é uma faceta importante, será praticamente nula pois ficará a Igreja encravada atrás de prédios de grande porte como os que já existem. Estes inconvenientes seriam eliminados se

transferissem a construção para a Praça Municipal (...) Ali postada no meio do quarteirão, com ajardinamento por todos os lados, a imponente Matriz (...) se tornará num verdadeiro cartão de visitas da cidade, pois será vista por todos os que transitam por Adamantina quer venham do sertão ou não, quer cheguem de trem ou qualquer outro veículo... (O Jornal, 03/08/1952).

### **Jardim Público**

Semelhante, foi o caso da construção do primeiro jardim público na cidade. Como a Igreja o jardim público do mesmo modo surgiu como resultado das reivindicações dos moradores do município. A edificação de áreas de convívio e de lazer para a população não foi considerada prioritária pelos grupos, que assumiram o poder local no início da colonização. Na verdade, os primeiros governantes locais atuavam como prepostos da empresa colonizadora, sendo assim, idealizaram o crescimento da cidade, segundo a racionalidade empresarial da CAIC. A propósito dessa mentalidade, um morador, em abril de 1955, no jornal **A Comarca de Adamantina**, comentando a demora da construção de um jardim público na cidade, anonimamente reclamava:

Mas, o nosso primeiro Prefeito era dos que julgava ser o jardim, um logradouro público sem importância, achava que só serviria para onerar os cofres da Prefeitura; e daí a sua demora em aparecer nesta cidade... (A Comarca de Adamantina, 02/04/1955).

A ausência do jardim na cidade era contestada indiretamente pela população. Evocando-se as memórias de antigas praças - em visões nostálgicas e românticas - notava-se a falta que uma praça fazia no convívio social de Adamantina. Também anonimamente, comentava-se:

Jardim, banda de musica a exhibir retretas, caramanchões e bancos interpostos em canteiros caprichosos, talvez sejam coisas do passado, que só a nossa saudade consegue exteriorar (...) Você se lembra?... (O Jornal, 15/02/1953).

Cedendo às reivindicações populares a Prefeitura acabou comprando – e não desapropriando, como desejava a população - um terreno baldio no centro da cidade pertencente a Companhia Paulista de Estrada de Ferro, cujos proprietários eram sócios da CAIC. Foi somente no final do mandato do segundo prefeito, em 1956, como obra eleitoreira, que se construiu o jardim público da cidade.

Igualmente, nesse caso, a imprensa local conceberia a construção do jardim como um monumento urbano, que expressasse condição de metrópole da cidade, para que, no futuro, ficasse na memória de seus habitantes, como marco visionário da crença de seus primeiros habitantes no sucesso da cidade de Adamantina Assim, a prefeitura deveria construí-lo:

Dentro de determinadas linhas, julgadas modernas. (...) Sim, porque o jardim sempre constituiu motivo de referencia numa cidade; e uma praga que reúne a graça e a beleza de uma terra; e o ponto que sempre recorda de início o panorama de uma metrópole, pois todos que vivem em Adamantina, vindos de outras paragens, quando, um retrospecto de saudades e recordações, fixam, sempre o pensamento no Jardim Publico de sua terra natal (A Comarca de Adamantina, 01/04/1956)

Este Jardim Público, construído na década de 50, sofreria profundas transformações, não restando quase nada de sua forma original. Retirou-se o coreto, transformaram suas fontes, trocaram-se os bancos e sua jardinagem, modificaram suas alamedas e, por fim, construiu-se, em parte do seu terreno, uma biblioteca. Quase todas as administrações municipais objetivaram modernizá-lo como que para marcar, na memória da cidade, sua contribuição no desenvolvimento do município.

### **Construção do passado nos espaços da cidade**

A autocelebração progressista não se limitou a construir a imagem do futura metrópole da cidade, ela também se voltou para a construção do passado. No bojo da construção glorificadora do progresso do município veio também a exaltação de personagens pertencentes aos grupos dominantes locais, considerando-os como os atores responsáveis pelo desenvolvimento do município, portanto, os únicos a serem dignos de entrar para a memória histórica local.

Os meios de comunicação tratavam de consagrar a atuação de personagens heróicos, vistos como aqueles que acreditando no futuro do município promoveram o seu desenvolvimento. É assim que em 1953, um periódico já indicava, para os historiadores do futuro, os homens que haviam construído o município de Adamantina:

Parece que estamos vendo, no primeiro centenário da cidade, lá pelo ano de 2048, a geração da época festejando em praça pública, talvez erigindo uma estátua ao primeiro prefeito de Adamantina [Antonio Goulart Marmo], pelo arrojo pelo descortino ou pelo sábio vislumbre do desenvolvimento da região (O Jornal, 01/03/1953).

Estabelecido o município, os logradouros públicos passaram a ser nomeados pelos poderes locais. O espaço urbano constituía-se, portanto, num espaço a ser ocupado tanto por homens como por monumentos e nomes de personagens históricos, que teriam marcado a memória da cidade. Ruas, avenidas, praças, bancos das praças, vitrais da Igreja Matriz foram, assim, disputados como lugares de perpetuação da memória dos “fundadores do município” e dos agentes sociais que seriam os responsáveis pelo desenvolvimento.

Lugares públicos construídos neste período, como a Igreja Matriz e a Praça Pública contariam com a contribuição financeira de famílias abastadas, que “generosamente” deixariam uma recordação de seu papel na colonização do município. Nos vitrais, púlpitos e altares de mármore da Igreja Matriz ficaram registrados os nomes de seus doadores. Entre quinze doadores, citemos alguns a título de exemplo: “Oferta de Artur Bianconi e Família”, “Oferta de Jamil de Lima e Família”, “Oferta da Família Ushiro”.

A nomeação ou renomeação de logradouros públicos locais foi também estabelecido pelos grupos dominantes no poder, que não hesitaram em homenagear seus pais, parentes, amigos, políticos (e seus familiares), amigos da cidade. A maioria dos logradouros e edifícios públicos locais - avenidas, ruas, praças, grupos escolares, e também, estádio de futebol e vilas da cidade perpetuam os nomes de companhias “colonizadoras”, de seus dirigentes e altos funcionários, políticos, fazendeiros e empresários locais. Atualmente, a cidade possui entre outras as ruas Cristovão Goulart Marmo, Arno Kiffer, Antonio Shimidt Vilela, Navarro de Andrade, Vitório Romanini, Maria Cândida Romanini, Hermenegildo Romanini; a praça Euclides Romanini; o grupo escolar Navarro de Andrade, o estádio de futebol Antonio Goulart Marmo, a Biblioteca Municipal Conselheiro Antonio Prado; a Vila CICMA, Vila Endo, Vila Olivero, Praça Hélio Micheloni.

As facções dos grupos dominantes no poder, homenageavam acintosamente personagens do grupo político ao qual pertenciam no momento, mesmo que para isso tivessem que passar por cima da história e da memória social do município. O caso da substituição da Avenida Paulista para Avenida Adhemar de Barros é um bom exemplo para o que foi afirmado. Antonio Goulart Marmo e Euclides Romanini - respectivamente prefeito e presidente da Câmara de Vereadores - eleitos pela legenda de Adhemar de Barros, o PSP (Partido Social Progressista), logo trataram de homenagear seu poderoso “cabo eleitoral” substituindo o nome da avenida principal na época - Avenida Paulista -, pelo nome de Avenida Adhemar de Barros. O então “governador inimigo” da emancipação do município de Adamantina tornava-se na reviravolta política o seu “benfeitor”. O periódico O Jornal, em sua edição de 20 de maio de 1951, assim justificava para a população, a homenagem ao ex-governador:

Avenida Paulista (...) uma generalidade, um nome em Adamantina sem grande razão de ser, sem nenhum compromisso, sem nenhuma expressão, sem tudo isto e por nada simbolizar. (...) Adhemar de Barros, Adamantina nasceu e cresceu no governo de Adhemar de Barros, o dinâmico, impulsivo e realizador, homem que deixando de lado a paixão política e os despiques pessoais que o separavam de Cunha Bueno e Salles Filho, auxiliou a florescente vila a se tomar na grandiosa e surpreendente capital da Zona da Mata (...) Merece, pois, a Avenida Paulista passar a chamar Avenida Adhemar de Barros. (O Jornal, 20/05/1951).

Entretanto, essas nomeações dos logradouros públicos, não deixaram de suscitar manifestações críticas e ressalvas, entre as facções dos grupos dominantes. Alguns artigos, na imprensa local, revelam contestações a essas nomeações. Segundo o advogado Euclides Ferreira Gomes, em artigo na revista **A Luta**, de

dezembro de 1958, as nomeações feitas pelas duas primeiras administrações municipais, deliberadamente homenageavam apenas pessoas do grupo político, ocultando, assim, a participação de outros importantes personagens na história do município.

Pessoas que muito fizeram pela cidade são inteiramente olvidadas, e não recebem qualquer homenagem, mesmo nos comentários, enquanto que outras que pouco ou nada fizeram são reverenciadas até com nomes em ruas importantes, ou no comentário diuturno. É o que acontece - no terreno da omissão - da ausência de homenagem com o atual ministro Paulo Lima, que como antigo deputado estadual, teve papel marcante e mesmo decisivo para com a criação do município de Adamantina... (A Luta em Revista, dezembro de 1958).

Caso elucidativo da luta pela constituição da memória coletiva no município, foi aquela travada entre duas das facções dos grupos dominantes, nos idos de 1958, em torno da colocação do busto do Cônego João Batista de Aquino no Jardim da Estação, mobilizando a totalidade da população.

Em Adamantina, o único grupo que, na década de 50, conseguiu enfrentar e vencer os Romanini foi aquele liderado pelo Cônego João Batista de Aquino, sacerdote local, padre-político que já havia sido prefeito da cidade de Promissão, interior de São Paulo. Utilizando-se do poder da Igreja Católica – conta-se que para ganhar as eleições bastou que uns dias antes da eleição ele saísse benzendo as casas e os sítios do município anunciando a sua candidatura - Padre Aquino quebrou a hegemonia do grupo político dos Romanini ao derrotar o seu candidato - Antonio Cescom - nas eleições para prefeito de 1956. O padre governou os quatro anos de mandato sob forte oposição da imprensa ligada ao outro grupo. Logo após o término do seu mandato, o padre veio a falecer. Seus partidários propuseram na Câmara Municipal um projeto que o homenagearia com um busto no Jardim da Estação.

Entretanto, seus adversários políticos não aceitaram tamanha honraria concedida ao padre. O jornal **A Tribuna do Povo**, ligado à facção política dos Romanini, em sua edição de 30 de dezembro de 1962, considerava tal homenagem descabida, atacando violentamente a sua administração e referindo-se a ele como um forasteiro na cidade, portanto, além de prejudicar o desenvolvimento do município, não participava de nenhuma luta travada pelos seus habitantes:

Morando aqui apenas cinco anos e meio, dos quais quatro anos como prefeito, não conseguiu o extinto, base para uma homenagem desta estatura, O serviço de água e esgoto estão aí para comprovar a incompatibilidade desta homenagem. (...) somente a desarmonia política causada pelo extinto, quando prefeito, bastaria que seu nome fosse vetado (...) Para se dar um busto a alguém é preciso ser herói local, nacional ou internacional. Ou então que tenha feito grandes benefícios a humanidade, a comunidade ou à sociedade. (Tribuna do Povo, 30/12/1962).

O projeto de homenagem ao falecido padre instaurou uma disputa em torno da memória histórica da cidade. Esse mesmo periódico afirmava: “O que nos move contra a participação da Câmara na determinação do local para que seja colocado o busto é a responsabilidade que assumirão os vereadores na história de Adamantina”. (Tribuna do Povo, 21/01/1963).

A homenagem acabou sendo aprovada pela Câmara e o busto foi instalado no local. O grupo dos Romanini, não se conformando, tentou desfazer a homenagem arrancando arbitrariamente o busto da praça - à cavalo lançaram o busto e o arrastaram acintosamente pelas ruas centrais da cidade. Tal espetáculo aprofundou a animosidade entre as partes, que só foi amainada, após dez meses de brigas, com a interferência do bispo da diocese de Marília. Dom Hugo Bressane exigiu e conseguiu que a Câmara de Vereadores fizesse uma moção de desagravo ao Cônego Aquino, e que se recolocasse o busto do padre na praça. E assim foi feito.

Na reinauguração do busto, o próprio bispo compareceria a cerimônia, legitimando a homenagem ao Cônego Aquino. O jornal, contrário a homenagem, muito a contragosto, assim registrou o fim da querela:

Após 10 dias de agitação, em virtude do arrancamento brusco do busto do Cônego João Batista de Aquino, a cidade voltou novamente a sua condição de cidade pacata, onde tudo está bem, onde ninguém quer nada com ninguém. (...) No sábado passado, (...) Sua Excia. Dom Hugo Bressane de Araújo, as

17:30 horas, inaugurou oficialmente o busto do Cônego João Batista de Aquino, na presença de cerca de 2.500 pessoas que lotavam completamente o pátio e a plataforma da estação [ferroviária].(Tribuna do Povo, 29/09/1963)

Exemplos da autocelebração dos grupos dominantes em relação a si próprios e do desenvolvimento do município permeiam toda a história oficial do município desse período. Debaixo do tapete dessa memória histórica oficial, existem outras memórias que dão conta de outras experiências vividas, especialmente aquelas que remetem às condições adversas dessa colonização e aos seus conflitos sociais. Porém, este é um assunto a ser tratado num próximo artigo.

## **Referências**

### **FONTES**

#### **Memórias**

Arthur Pacífico Garbini. **Memórias de Adamantina**, 10/10/1982.

Francisco Dário Tóffoli. **O valor de um bom começo**, 1978.

#### **Entrevista**

J. M. Silva. **Entrevista realizada em 25/08/1991**.

### **PERIÓDICOS**

#### **Revistas**

**Adamantina em Revista**, 1952,1953,1954,1955,1956,1957 e 1958.

**Álbum de Adamantina**, 1959.

#### **Jornais**

**A Comarca de Adamantina**, fundado em 1953 e extinto em 1959.

**O Jornal**, fundado em 195? e extinto em 1953.

**Tribuna do Povo**, fundado em 1960 e extinto em 1966.

**Voz da Juventude**, fundado em 1962 e extinto em 1966.

#### **Livros**

BENEVOLO, L., **A Cidade e o arquiteto**. São Paulo: Perspectiva. 1984.

BOSI, A., **Dialética da Colonização**. São Paulo: Companhia das Letras. 1992.

CALVINO, I., **As Cidades Invisíveis**. São Paulo: Companhia das Letras. 1990.

MATOS, O. N., **Café e Ferrovias**: a evolução ferroviária de São Paulo e o desenvolvimento da cultura cafeeira. São Paulo: Alfa-Omega, 1974. p.120.

ROLNICK, R., “São Paulo, início da industrialização: o espaço e a política. In: Lúcio Kovarick, (org.), **As lutas Sociais e a Cidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1988. p. 86.

SILVA, R.G. da, **Incorporação da Nova Alta Paulista ao Setor Produtivo do Estado de São Paulo**: município de Adamantina (1937 a 1955). São Paulo, 1989, Dissertação de Mestrado – UNESP-Assis, 1989.

### **NOTAS**

\* Posteriormente a região da Nova Alta Paulista foi alcunhada por esses profissionais de “ O Corredor da Fome”, por considerarem-na uma das regiões mais pobres do Estado (Cf. OESP,26/02/1989)